

# **A coordenação política e a cooperação estratégica na área nuclear entre Brasil e Argentina: a criação do Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a implantação e funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (1991-1997)**

*Ana Paula da Silva*<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo analisa a coordenação política e a cooperação estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear, iniciada na década de 1990, através do estudo da criação do Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a implantação e funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. Faz-se um exame do contexto econômico e político brasileiro e argentino durante aquele período e indaga-se acerca das condições e o modo como foram implantados e colocados em funcionamento os mecanismos concebidos como meios para o fomento da coordenação política e estabelecimento da cooperação estratégica entre os dois países na área nuclear.

**Palavras-chave:** Política externa. Cooperação Brasil-Argentina. Tecnologia nuclear.

**Abstract:** The article analyzes the policy coordination and strategic cooperation between Brazil and Argentina in the nuclear area, started in 1990s, by studying the creation of the System of Accounting and Control of Nuclear Materials and the implementation and operation of the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials. It is an examination of economic and political context Brazil and Argentina during that period, raising questions about the conditions and how they were implemented and put in operation place the mechanisms designed as means to promote policy coordination and establishment of strategic cooperation between the two countries in the nuclear area.

**Keywords:** Foreign policy. Cooperation between Brazil and Argentina. Nuclear technology.

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista/ Faculdade de Ciências Humanas e Sociais e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre Defesa e Segurança Internacional – GEDES/UNESP.

## **Condições econômicas e políticas relativas à construção da coordenação política e cooperação estratégica entre Brasil e Argentina durante a década de 1990**

No início da década de 1990 o cenário econômico brasileiro era marcado pela persistência da crise econômica ao qual se somava os primeiros sinais de um impasse político resultante da turbulenta passagem de Fernando Collor de Mello pela Presidência da República. Diante do fracasso dos planos econômicos Collor e Collor II<sup>2</sup> em conter a crise econômica brasileira, cujo sinal mais evidente era o exacerbado processo inflacionário, o presidente da República ficou isolado

<sup>2</sup> No Plano Collor a equipe econômica, com o propósito de cortar as demandas, determinou o sequestro de todas as reservas líquidas, inclusive os depósitos, a vista e na poupança, pelo período de um ano e meio, o que ocasionou uma profunda recessão do sistema financeiro. Houve a substituição do Cruzado Novo pelo Cruzeiro, o congelamento de preços e salários por um ano, o estabelecimento de rígida política de negociação de salários, ajustes nos gastos públicos e na arrecadação, com medidas fiscais de combate à sonegação, aumento de tributos, cortes em subsídios e gastos, além da definição de metas de superávit. Num primeiro momento, a inflação respondeu de modo satisfatório, mas ao longo do ano do ano de 1990 aumentou significativamente, evidenciando o patente fracasso das medidas adotadas.

No Plano Collor II as medidas adotadas foram o congelamento de preços por prazo indeterminado, unificação das bases de reajuste dos salários privados, adoção da *tablita* para contratos, reajuste de 60% das tarifas e preços públicos e a criação de vários fundos de aplicação financeira. O governo também impôs uma reforma fiscal de emergência com a atualização do valor patrimonial de empresas, antecipação do pagamento do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a criação da UFIR como unidade de correção tributária.

em sua precária base de apoio político, ao mesmo tempo em que, em virtude da contínua estagnação, desemprego, confiscos e perdas salariais, os empresários, trabalhadores, elites e classe média faziam duras críticas ao governo e a mídia começou a divulgar atos de corrupção do Executivo Federal.<sup>3</sup>

Em 1992, graças às investigações de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, tornou-se público um amplo esquema de corrupção que havia dado sustentação financeira à campanha eleitoral de Collor. Comprovou-se que a corrupção atingira grande parte do governo e, inclusive, que a reforma administrativa da máquina federal fora realizada para potencializar os ganhos desta estrutura ilegal, baseada na exploração de redes de relações especiais com o presidente e no acesso privilegiado aos mecanismos de decisão, pelo qual empresas canalizavam doações que financiaram não somente a campanha eleitoral de Collor, mas também o seu nível de vida. A partir desse momento, a autoridade do presidente declinou aceleradamente, ante a degradação política e moral, num ambiente marcado pela retomada do processo inflacionário.<sup>4</sup>

Finalmente, em setembro de 1992, o Congresso Nacional aprovou o *impeachment* de Collor e suspendeu seus direitos políticos por oito anos, assumindo o poder o então vice-presidente, Itamar

<sup>3</sup> CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 230-233.

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994. p. 234.

Franco, responsável por cumprir o restante do mandato que seria até dezembro de 1994.

Diante de um cenário econômico desconcertante, marcado pela persistência da inflação e pelo fracasso dos planos governamentais em superá-la, o presidente Itamar Franco lançou, sob o comando do então ministro da Economia, Fernando Henrique Cardoso, um novo programa econômico, o Plano Real,<sup>5</sup> o qual finalmente obteve êxito no controle inflacionário.

Ao final do governo do presidente Itamar, a combinação da sobrevalorização do real e da deflação dos preços industriais, barateados em virtude da presença dos importados, apesar das sérias dificuldades para os produtores nacionais, promovera uma ampla aceitação social, que culminou na candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Com o apoio popular, o alinhamento das lideranças conservadoras do país e o setor de comunicações, somada ao financiamento das grandes empresas e

bancos, o candidato obteve, em outubro de 1994, vitória em primeiro turno sob o segundo colocado, Luíz Inácio Lula da Silva.<sup>6</sup>

Ao assumir o governo em janeiro de 1995 Fernando Henrique deixou claro sua opção pelas propostas políticas, sociais e econômicas neoliberais sistematizadas no Consenso de Washington. Apoiou uma ampla reforma constitucional em busca da quebra dos monopólios estatais, dentre eles o setor petrolífero e das telecomunicações, reforma da Previdência Social e da administração pública e abertura da economia brasileira ao capital internacional.<sup>7</sup>

A passagem pelo Palácio do Planalto de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, ao longo da década de 1990, trouxe também significativas transformações no exercício da política externa brasileira. Embora com sutis diferenças, especialmente em relação a Itamar Franco, existem nítidas semelhanças entre Collor e Fernando Henrique, especialmente a simpatia e preferência pelas propostas neoliberais em nome das tentativas de superação da crise econômica brasileira.

Ao assumir o governo Collor propôs-se, no campo da política externa, a adquirir tecnologia de ponta e aumentar os investimentos estrangeiros no país, com o objetivo de capacitar e moderni-

<sup>5</sup> Foi estipulada a Unidade Real de Valor (URV), indexador universal da economia utilizada na correção dos preços. Em seguida, efetivou-se a criação de uma moeda não contaminada pela inflação, o Real, que equivalia a uma URV, que por sua vez correspondia a um dólar. A taxa de câmbio entre dólar e real não foi fixada rigidamente, mas foi controlada pelo governo, que deixou o real valorizar-se ante a moeda estadunidense em face da entrada de dólares no país, criando uma situação artificial de valorização da moeda brasileira. A equipe econômica abriu o mercado nacional às importações, o que ampliou a oferta interna de produtos a preços constantes, obrigando as empresas a segurarem os seus preços segundo os patamares dos artigos importados, sob pena de perderem espaço para os importados. Isso provocou um déficit na balança de mercadorias, que passou a ser coberto por empréstimos externos e investimentos diretos do exterior. CANO, 2000, p. 229-235.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>7</sup> CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 45, n. 01, jun 2002. p. 08.

zar a indústria nacional, aprimorando sua competitividade junto ao mercado global. Na tentativa de ampliar a credibilidade internacional do Brasil diminuiu os obstáculos às importações, em contraponto à defasada política de substituição das importações, e iniciou um programa de privatizações das empresas estatais e a renegociação da dívida externa com os credores.<sup>8</sup>

Fernando Collor tentou imprimir ao Brasil um papel de liderança no cenário multilateral, com destaque para a participação na Eco-92, a iniciativa de revisão do Tratado de Tlatelolco e o lançamento, na Comissão de Desarmamento das Nações Unidas (UNDC), do debate sobre o intercâmbio internacional de tecnologias sensíveis, por meio do qual os países pretendiam que a comunidade internacional elaborasse um conjunto de diretrizes para a permuta de tais tecnologias, desbloqueando esse tipo de transferência para fins pacíficos, em troca de garantias que as mesmas não fossem utilizadas para fins militares.<sup>9</sup>

Em relação ao presidente Itamar Franco, este alterou o teor neoliberal por um discurso desenvolvimentista em relação à condução da política externa brasileira. Prosseguiu no objetivo de ampliar

a atuação do país em âmbito internacional, sustentou perante a OEA a necessidade de fortalecimento da democracia e a abertura da organização a novos temas. Na ONU defendeu uma agenda voltada para o desenvolvimento e posições não intervencionistas em assuntos como direitos humanos, meio ambiente e terrorismo, dentre outros. Finalmente, na área da tecnologia sensível, prosseguiu na política de vinculação do Brasil aos regimes de controle de desarmamentos, com destaque para a adesão à Convenção para a Proibição das Armas Biológicas (BWC), em setembro de 1993, em nome do restabelecimento da confiança internacional na área de segurança e da tradição pacífica do país.<sup>10</sup>

Finalmente, Fernando Henrique Cardoso ocupou-se em expandir o universalismo da política brasileira, diversificou os parceiros nas relações bilaterais, defendeu o multilateralismo junto às organizações econômicas e tentou conferir ao país uma posição de destaque no cenário internacional perante a ONU, fazendo uso de dados nacionais como tamanho territorial e contingente populacional.<sup>11</sup>

Na busca pela inserção multilateral o presidente subordinou a política externa brasileira à política econômica interna. A dependência do capital financeiro internacional, somada a adesão às prerrogativas do Consenso de Washington, fez com que o Brasil perdesse

<sup>8</sup> VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. p. 81.

<sup>9</sup> SILVA, Paulo Sérgio da. *Brasil e Argentina: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista/Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2006. p. 209.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 211-212.

<sup>11</sup> VIZENTINI, 2003, p. 94.

sua capacidade de fazer política externa autônoma, submetendo-se às linhas das estratégias estadunidenses. Em nome da governabilidade na construção de regras e instituições favoráveis à expansão das empresas privadas transnacionais o governo brasileiro desistiu de fazer política internacional própria.<sup>12</sup>

Na questão do desarmamento, a prática da política externa deixou de lado qualquer recurso em favor da persuasão, adotando a pronta submissão. Em 1995 o governo brasileiro aderiu ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), uma aceitação voluntária de restrições legais e do regime de controle nas áreas de desarmamento e de tecnologia sensível, sem nenhuma contrapartida, a não ser supostos benefícios para candidatar-se ao Conselho de Segurança da ONU; em 1996 aderiu ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) que previu a proscrição completa de testes nucleares.<sup>13</sup>

Finalmente, em 1997 assinou o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), ratificando-o no ano seguinte. Cabe lembrar que a resistência brasileira em aderir ao TNP, por quatro décadas desde sua criação, significava a autonomia brasileira em política internacional e a denúncia das estruturas de poder mundial. Entretanto, a sujeição econômica do governo de Fernando Henrique não foi capaz de sustentar a autonomia nacional, sendo que a adesão ao MTCR, CTBT e TNP

consagrou a concordância do governo nacional em relação ao congelamento do poder mundial e a sua renúncia no direito de discutir tais questões.<sup>14</sup>

Embora com diferenças e similaridades apontadas acima no tocante à condução da política externa brasileira ao longo dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, no que se refere às relações regionais, especialmente com os países do chamado Cone Sul, observou-se uma considerável aproximação.

Collor buscou ampliar os entendimentos com os países da América Latina, sendo a maior expressão disso a criação do MERCOSUL, parte de uma efetiva reestruturação estratégica das relações entre Brasil e Argentina dentro dos moldes dos primeiros intentos celebrados no Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, de 1988, assinados entre os presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, cujos preceitos Collor persistiu e ampliou através da assinatura, em 1991, do Tratado de Assunção.<sup>15</sup>

Com Itamar Franco o MERCOSUL ganhou uma dimensão estratégica com aumento significativo do comércio entre os países integrantes, convertendo-se a integração regional em realidade. Aproximação a qual se somaram também a proposta de criação da Área de Livre Comércio Sul-Americana e a reativação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Por sua vez, Fernando Henri-

<sup>12</sup> CERVO, 2002.

<sup>13</sup> SILVA, 2006, p. 217.

<sup>14</sup> FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido*. São Paulo: SENAC, 2000. p. 21-22.

<sup>15</sup> SILVA, 2006, p. 209.

que, apesar da defesa do universalismo da política externa brasileira, não deixou de aprofundar a integração regional, com ênfase também ao MERCOSUL.<sup>16</sup>

Considerando-se tais peculiaridades políticas e econômicas presentes na realidade brasileira no curso da década de 1990, e os seus reflexos no tocante aos rumos da política externa, a influenciarem inclusive as relações regionais, merece atenção as relações estabelecidas entre Brasil e Argentina neste período. Contudo, antes de abordá-las, cabe entender também o que se passava no país vizinho.

De forma similar ao cenário brasileiro, as perspectivas econômicas argentinas ao início da década de 1990 não eram promissoras, a crise econômica mostrava a sua força compondo um panorama marcado pela hiperinflação, com moeda desvalorizada, aumento dos índices de violência e dos saques a depósitos e supermercados.

Neste contexto, Carlos Menem, que assumira a Presidência da República em 1989, optou por aprofundar as reformas neoliberais com vistas a reduzir os gastos do Estado, eliminar o déficit público e abrir o mercado interno à competição internacional. O primeiro passo nesse sentido veio com a Lei de Emergência Econômica, enviada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional, pressionado pelo prestígio do presidente, que suspendeu subsídios, privilégios e regimes de promoção e autorizou a dispensa

de empregados estatais. Em seguida foi aprovada a Lei de Reforma do Estado, que autorizou a privatização de empresas estatais. Determinou-se ainda o fim das restrições às importações e a redução de tarifas e taxas alfandegárias, com aumento de impostos internos.<sup>17</sup>

Entretanto, tais medidas não conteram a hiperinflação no longo prazo, especialmente em decorrência da fragilidade cambial da moeda argentina, até que, ao assumir o Ministério da Economia, Domingo Cavallo adotou um programa de reformas baseado na alteração definitiva da estrutura da economia do país, por meio da total privatização das empresas públicas, descentralização das funções do Estado, flexibilização do mercado de trabalho, liberalização da economia, abertura comercial e financeira. Por intermédio da Lei de Convertibilidade fixou-se a paridade cambial, na qual um dólar equivalia a um “novo peso”, e proibiu-se que o Executivo emitisse moeda acima das reservas, de forma a garantir tal paridade e evitar novas desvalorizações.<sup>18</sup>

De imediato os resultados do Plano de Convertibilidade foram significativos, a inflação cedeu, encerrou-se a fuga de peso para dólar, os capitais emigrados voltaram, as taxas de juros baixaram, reativou-se a economia e a arrecadação fis-

<sup>16</sup> VIZENTINI, 2003, p. 94.

<sup>17</sup> ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporânea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2001. p. 270-272.

<sup>18</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflicto e integração na América do Sul*: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003. p. 486.

cal e divisas geradas pelas privatizações e licitações petrolíferas possibilitaram o resgate dos títulos da dívida pública, favorecendo a retomada da confiança dos credores externos, situação que possibilitou a assinatura, em 1992, de um acordo com o FMI para a liberação de empréstimos já aprovados pelo Banco Mundial e pelo BIRD.<sup>19</sup>

Entre 1991 e 1994 observou-se uma entrada considerável de dólares no país, com os quais o Estado saldou seu déficit, as empresas se reequiparam e os cidadãos ampliaram sua capacidade de consumo, angariando ao presidente Carlos Menem um forte apoio político. Neste contexto, ele governou de maneira radical e deliberativa, com suborno a militares, submissão do partido justicialista, controle do sindicalismo e neutralização dos adversários políticos e lançou uma ambiciosa manobra política destinada à reforma da Constituição Federal para permitir a reeleição presidencial.

Diante de seu peso político, o único a posicionar-se diretamente contra a proposta de Menem foi Raul Alfonsín, mas este acabou cedendo após a assinatura do Pacto de Olivos, em novembro de 1993, em troca de medidas que interessavam a União Cívica Radical. A partir disso, convocou-se a Convenção Constituinte, cujos trabalhos realizaram-se em 1994, sendo integralmente atendidos os propósitos de Menem quanto à reeleição.<sup>20</sup>

No pleito presidencial de 1995, Menem obteve uma expressiva vitória, ao mesmo tempo em que o surgimento de crises econômicas em países emergentes e instabilidades no cenário internacional dos Estados Unidos elevaram as taxas de juros, fazendo com que a dívida externa argentina passasse de 60 bilhões de dólares, em 1992, para 100 bilhões, em 1996. Neste contexto, dependente de capitais externos e das decisões dos investidores, a economia argentina passou a sofrer os efeitos de tal sujeição. O aumento das taxas de juros, a recessão, o desemprego e a crise fiscal exigiram novos ajustes e reformas econômicas internas para que se obtivesse qualquer renovação de crédito externo.<sup>21</sup>

Ficou claro que o país não havia encontrado um modo sustentável de garantir seu crescimento econômico e inserção no mercado internacional. O então ministro Domingo Cavallo iniciou mais uma série de privatizações e restringiu as receitas federais repassadas às províncias, que culminou na resistência dos dirigentes políticos da aprovação da Lei de Orçamento de 1996 e passaram a criticá-lo duramente, culminando em sua demissão em julho de 1996. Assumiu Roque Fernandez que, de imediato, aumentou os preços dos combustíveis e impostos, reduziu o número de empregados públicos, fez cortes no orçamento e acelerou as privatizações pendentes, no caso os correios, aeroportos e Banco

<sup>19</sup> ROMERO, 2001, p. 273.

<sup>20</sup> GIRBAL-BLACHA, Noemi M. (Coord). *Estado, sociedad y economia en la Argentina (1930*

*a 1997)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000. p. 223.

<sup>21</sup> ROMERO, 2001, p. 288.

Hipotecário Nacional, tendo como única preocupação melhorar as receitas e equilibrar as contas.<sup>22</sup>

Ao final dos dois mandatos de Menem a Argentina via-se imersa em mais uma crise macroeconômica em virtude dos constantes ajustes neoliberais, o Estado estava enfraquecido em suas capacidades de decisão e ação política, vinculado às diretrizes do poder econômico e financeiro global e nas mãos do FMI e Banco Mundial. Em decorrência das privatizações, o setor industrial estatal e as ações sociais foram relegados ao segundo plano, ficando o país restrito às agendas internacionais na busca por linhas de crédito e melhoria dos intercâmbios.

Em relação à política externa, Carlos Menem criticou as posturas assumidas anteriormente por Alfonsín, dentre elas o afastamento dos Estados Unidos em decorrência do apoio ao Projeto Condor II e a pretensão do ex-presidente em tornar-se líder do Terceiro Mundo. De acordo com Menem, era preciso comportar-se como um país médio e permanecer ao lado da Europa Ocidental e, particularmente, acompanhar unilateralmente os Estados Unidos. Diferentemente dos demais países latino-americanos, Menem alinhou-se favoravelmente na resolução da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para que fossem investigados abusos contra os direitos humanos em Cuba.<sup>23</sup>

Além disso, a Argentina abandonou

o movimento dos Países Não Alinhados, encerrou o Projeto Condor II e respaldou todas as posições internacionais estadunidenses, acompanhando-o, mesmo que simbolicamente, no envio de tropas para o Golfo Pérsico e para a Ex-Iugoslávia. O presidente aceitou todas as condições impostas para a renegociação e reestruturação de sua dívida externa e, no campo da Segurança Internacional, ratificou a assinatura do Tratado de Tlatelolco e do TNP. Além disso, ingressou no MTCR e empenhou-se em participar de operações de paz das Nações Unidas.<sup>24</sup>

Em âmbito regional, destacam-se os entendimentos com o Chile, em agosto de 1991, com um ajuste que finalizou todas as divergências territoriais pendentes, demarcando 24 pontos em litígio, embora tenham permanecido dois em aberto, a Laguna do Deserto e o dos Gelos Continentais. As relações entre Argentina e Grã-Bretanha, rompidas desde 1982, foram reatadas em 1992, firmaram-se acordos para estabelecer a troca de informações sobre segurança e controle de navegação marítima e aérea e instalar comunicação entre as ilhas do Canal de Beagle e o continente. No campo militar, acordaram em aumentar os conhecimentos recíprocos das atividades militares no Atlântico Sul, comprometendo-se a informarem reciprocamente qualquer movimento de forças navais, aéreas e terrestres com o objetivo de que nenhuma ação fosse interpretada como hostil.

<sup>22</sup> Ibid., p. 289.

<sup>23</sup> Ibid., p. 115.

<sup>24</sup> BANDEIRA, 2003, p. 479.



Outro ato de destaque foi a assinatura de um acordo firmado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai que instituiu a Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS), com o objetivo de aperfeiçoar o controle sobre tráfego marítimo na região do Atlântico, através do intercâmbio diário de informações. Cada comando de Comunicação Operativa elaboraria seu próprio relatório com os dados referentes ao tráfego comercial e militar e os comunicaria aos outros três países, permitindo o controle sobre todo o Atlântico Sul, sendo que, uma vez por ano, realizariam exercícios bélicos em conjunto.<sup>25</sup>

Especificamente em relação às relações bilaterais com o Brasil observou-se, durante o governo de Carlos Menem, o aprofundamento das relações econômicas, notadamente a partir da ampliação do MERCOSUL, comumente retratada na bibliografia especializada. Contudo, há que se olhar para outra dimensão, mais emblemática e menos retratada, o domínio estratégico dos usos e aplicação da energia nuclear, importante fonte da desconfiança mútua entre os dois países por décadas, que alimentavam mutuamente o desejo de desenvolver artefatos nucleares, de forma individual, como meio de reequilibrar a favor de um ou outro a balança de poder regional.

### **A criação do Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares e a implantação e funcionamento da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares**

Conforme destacado anteriormente, ao assumir a Presidência da República, Carlos Menem declarou seu alinhamento à política estadunidense, condição que, inicialmente, prejudicou um pouco o caminho de cooperação adotado pelos presidentes anteriores do Brasil e Argentina. Entretanto, essa situação logo se reverteu graças a uma série de acordos, econômicos e tecnológicos, que se encaixaram dentro dos novos parâmetros hemisféricos da década de 1990, especialmente aqueles referentes à cooperação e fomento da confiança mútua,<sup>26</sup> que

<sup>26</sup> Cabe salientar que o esmorecimento da competição político-militar entre Estados Unidos e União Soviética significou o fim do embate estratégico militar entre dois modelos de sociedade, mas não o fim das ameaças diante da possibilidade da proliferação de armas atômicas, químicas e biológicas no contexto de países desejosos de fortalecimento do poder nacional ou políticas de poder regional. Assim, os países altamente industrializados e militarizados empenharam-se em ampliar o alcance dos regimes de controle internacional. Sob direção dos Estados Unidos, foram feitos ajustes em acordos já existentes, tais como o TNP, e assinados novos ajustes, como o MCTR.

Em relação aos países da América Latina, os Estados Unidos procuraram impor políticas de não proliferação de armas de destruição em massa e as tecnologias de mísseis. Para tanto, empenharam-se em pressionar a adesão dos Estados aos acordos internacionais e aos regimes de controle, através do Tratado de Tlatelolco, da Convenção de Armas Químicas, em 1993, da expansão do TNP, em 1995 e, em seguida, a adesão e cumprimento por esses países do MCTR e do CTBC. Além do mais, incorporando novas preocupações em âmbito da segurança hemisférica, passaram também

<sup>25</sup> SILVA, 2006, p. 196.

envolvia, entre outros ramos, também a tecnologia nuclear.

O primeiro passo foi em 06 de julho de 1990, na cidade de Buenos Aires, quando os presidentes Fernando Collor de Mello e Carlos Menem assinaram um *Comunicado Conjunto* no qual trataram de diversos assuntos, reconheceram a nova situação internacional e posicionaram-se favoravelmente a dar continuidade ao caminho de amizade e cooperação adotado entre os dois desde a década anterior. No campo da cooperação nuclear, declararam que ambos possuíam pontos de vista semelhantes sobre política nuclear e destacaram as tarefas realizadas pelo Comitê Permanente Brasileiro-Argentino sobre Política Nuclear.<sup>27</sup>

Alguns meses depois, em 28 de novembro de 1990, na cidade de Foz do Iguaçu, os dois presidentes assinaram a *Declaração sobre Política Nuclear Comum Brasileiro – Argentina*, através da qual deram um passo fundamental

na consolidação da cooperação nuclear entre os dois países, pois determinaram a criação do *Sistema de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC)* a ser aplicado a todas as atividades nucleares brasileiras e argentinas. Para que o mecanismo fosse implantado, estabeleceram que as seguintes atividades fossem realizadas:

- a) Intercâmbio das respectivas listas descritivas de todas as instalações nucleares;
- b) Intercâmbio das declarações dos inventários iniciais dos materiais nucleares existentes em cada país;
- c) Primeiras inspeções recíprocas aos sistemas centralizados de registros;
- d) Apresentação à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) o sistema de registros e relatórios que forma parte do Sistema Comum de Contabilidade e Controle, com o objetivo de harmonizá-lo com os registros e relatórios que ambos os países submetem à Agência em conformidade com os acordos de salvaguardas vigentes.<sup>28</sup>

Finalmente, determinaram que fossem empreendidas negociações com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) para a assinatura de um acordo de salvaguardas e, tão logo este fosse concluído, deveriam tornar as providências para a entrada em vigência plena do Tratado de Tlatelolco. Desta forma, em 20 de agosto de 1991, na cidade de Gua-

---

a discursar sobre política de migração, proteção de fronteiras, terrorismo, tráfico de drogas, meio ambiente e desastres naturais.

Assim, baseados nas Medidas para Construir a Confiança Mútua (CBM - *Confidence Building Measures*) – cujos avanços deram-se a partir de 1992, ocasião em que se reuniram em Viena 48 nações européias, mais os Estados Unidos, e adotaram uma série de medidas que foram desde o intercâmbio de informações militares até a redução de riscos de conflito. O governo estadunidense difundiu novos pressupostos de segurança e defesa nacional tendo em conta a coordenação entre os países latino-americanos, ganhando força os propósitos da segurança cooperativa, baseada na construção da confiança mútua, segundo os propósitos de coexistência pacífica. SILVA, 2006, p.160;168.

<sup>27</sup> *Comunicado conjunto*. Assinado entre Brasil e Argentina em 06 de julho de 1990. Parágrafo 07. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

<sup>28</sup> *Declaração sobre política nuclear comum brasileiro – argentina*. Assinada entre Brasil e Argentina em 28 de novembro de 1990. p. 02. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

dalajara (Estados Unidos Mexicanos), os dois países assinaram o *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear*, através do qual efetivaram a criação do SCCC com o objetivo de verificar com um grau razoável de certeza que os materiais nucleares em todas as atividades nucleares de ambos os países não fossem desviados para a construção de armas nucleares ou outros dispositivos explosivos.<sup>29</sup> Tendo em vista a inexistência de distinção técnica entre dispositivos nucleares explosivos para fins pacíficos e os destinados a fins bélicos, ambos os países comprometeram-se a

proibir e a impedir em seus respectivos territórios, bem como a abster-se de realizar, fomentar ou autorizar, direta ou indiretamente, ou de participar de qualquer maneira no teste, uso, fabricação, produção ou aquisição, por qualquer meio, de qualquer dispositivo nuclear explosivo, enquanto persista a referida limitação técnica.<sup>30</sup>

Entretanto, destacaram que o acordo não afetaria de forma alguma o direito inalienável de cada parte de desenvolver a pesquisa, produção e utilização da energia nuclear para fins pacíficos, o que incluía seu uso para a propulsão ou operação de qualquer tipo de veículo, in-

cluindo submarinos.<sup>31</sup>

Para alcançar seu objetivo o SCCC constituía-se em uma série de procedimentos concebidos por Brasil e Argentina que visavam contabilizar os materiais nucleares existentes nas instalações nucleares de cada território a partir de dois requisitos:

- a) A produção de qualquer material nuclear de composição e pureza adequadas para seu uso direto na fabricação de combustível nuclear ou no enriquecimento isotópico, incluídas as gerações subseqüentes de material nuclear produzido a partir de tais materiais;
- b) A importação de qualquer material nuclear que reúna as mesmas características estabelecidas no inciso a) precedente, bem como quaisquer outros materiais nucleares produzidos em uma fase posterior do ciclo do combustível nuclear.<sup>32</sup>

O nível adequado de contabilidade e controle dos materiais nucleares para cada instalação seria determinado segundo o valor estratégico obtido da análise de variáveis como: a sua categoria, a relevância de sua composição isotópica, o tempo de sua conversão em material nuclear, inventários de fluxo deste tipo de material utilizado nas pesquisas. Além da criação de sistemas de medição para determinar os inventários de material nuclear e suas variáveis, avaliação

<sup>29</sup> *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear*. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo V. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

<sup>30</sup> *Ibid.*, artigo I, parágrafo 03.

<sup>31</sup> *Ibid.*, artigo III.

<sup>32</sup> *Diretrizes básicas do SCCC*. Anexo ao acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo II. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

da precisão e grau de aproximação das medições, assim como o cálculo de suas imprecisões, categoria e grau das instalações nucleares em comparação a outras similares e, finalmente, a existência de métodos de contenção e vigilância das instalações.<sup>33</sup>

Para que o objetivo do SCCC fosse cumprido, firmaram a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) com personalidade jurídica própria para administrar e aplicar o SCCC. Foram facultadas à Agência as seguintes funções:

- a) Acordar com as Partes novos Procedimentos Gerais e Manuais de Aplicação e as modificações eventualmente necessárias aos já existentes;
- b) Efetuar as inspeções e demais procedimentos previstos para a aplicação do SCCC;
- c) Designar os inspetores que efetuem as inspeções mencionadas no inciso b);
- d) Avaliar as inspeções realizadas para a aplicação do SCCC;
- e) Contratar os serviços necessários para assegurar o cumprimento de seu objetivo;
- f) Representar as Partes perante terceiros no que concerne à aplicação do SCCC;
- g) Celebrar acordos internacionais, com expressa autorização das Partes;
- h) Atuar na justiça.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Ibid., artigos V e VI.

<sup>34</sup> *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear*. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Artigo VIII. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

A ABACC foi constituída por dois órgãos, Comissão e Secretaria. A primeira era formada por quatro integrantes, dois de cada país, com as funções de zelar pelo funcionamento do SCCC, aprovar procedimentos gerais e manuais de aplicação das vistorias, formar o quadro funcional e supervisionar o funcionamento da Secretaria, elaborar a lista de inspetores devidamente qualificados para a realização das inspeções nucleares de acordo com as indicações de cada uma das Partes, informar a uma das Partes sobre possíveis anormalidades na aplicação do SCCC.<sup>35</sup>

Por sua vez, a Secretaria estaria sujeita ao regulamento aprovado pela Comissão, sendo que o cargo de maior hierarquia, o de Secretário da ABACC, seria alternado anualmente entre as nacionalidades do Brasil e Argentina. Cabia a ela a tarefa de executar as diretrizes e instruções estabelecidas pela Comissão, desenvolver as atividades necessárias à aplicação e administração do SCCC, representar a ABACC em suas relações com terceiros, designar entre os inspetores listados pela Comissão aqueles que executariam as inspeções determinadas pela aplicação do SCCC, receber e avaliar os relatórios de inspeções, comunicando qualquer irregularidade de uma das partes e preparar o orçamento anual da Agência para sua aprovação pela Comissão.<sup>36</sup>

Finalmente, determinou-se ao longo do documento que a sede da ABACC seria na cidade do Rio de Janeiro; nenhum dos

<sup>35</sup> Ibid., artigo XI.

<sup>36</sup> Ibid., artigo XIII.

dois países divulgaria informação industrial ou comercial sobre as instalações e características dos programas nucleares das partes sem seu expreso consentimento, o que se estendia a funcionários que deixassem seus cargos ao longo dos anos; o financiamento da Agência seria provido de forma equitativa entre os dois países; o acordo entraria em vigor a partir da troca dos instrumentos de ratificação do mesmo, sendo que seu texto deveria ser transmitido pelas partes ao Secretário Geral da ONU e ao Secretário da OEA para o seu registro; a duração do acordo seria indefinida, sendo que qualquer uma das partes poderia denunciá-lo por nota diplomática, o que exigiria também a comunicação ao Secretário Geral das Nações Unidas e ao Secretário Geral da Organização dos Estados Americanos, surtindo efeito seis meses depois da data da recepção da dita nota diplomática.

Em 13 de dezembro de 1991, foi assinado, em Viena, o *Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas*, conhecido como Acordo Quadripartite, pelo qual comprometeram-se a aceitar a aplicação de salvaguardas a todos os materiais nucleares utilizados em todas as atividades nucleares realizadas dentro de seus respectivos territórios com o objetivo de assegurar que nada fosse desviado para a aplicação em armas nucleares ou outros

dispositivos nucleares explosivos.<sup>37</sup>

Em contrapartida, a AIEA comprometeu-se a efetuar as salvaguardas de maneira a evitar criar obstáculos ao desenvolvimento econômico e tecnológico do Brasil e Argentina, bem como fomentar a cooperação internacional na área nuclear, inclusive com o intercâmbio de materiais nucleares. Comprometeu-se ainda a evitar interferência indevida nas atividades nucleares dos Estados Partes, especialmente nas operações e instalações nucleares e preservar qualquer informação confidencial.<sup>38</sup>

Para a aplicação das salvaguardas, estipulou-se que a AIEA verificaria os dados fornecidos pelo SCCC, além de realizar medidas próprias de verificação, tais como visitas de inspeção anunciadas e não anunciadas com o objetivo de verificar se os relatórios enviados pela ABACC eram condizentes com os registros das instalações nucleares; verificar a localização, identidade quantidade e composição de todos os materiais nucleares submetidos a salvaguardas e verificar a informação sobre possíveis causas da existência de materiais não contabilizados ou de diferenças e incertezas em relação aos inventários físicos.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> *Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas*. Assinado entre Brasil, Argentina, ABACC e AIEA em 13 de dezembro de 1991. Artigo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

<sup>38</sup> *Ibid.*, artigo 04.

<sup>39</sup> *Ibid.*, artigo 70.

Ao longo do documento foram definidas outras questões como o fornecimento de informações à AIEA, normas sobre inspeções e inspetores, transferência de material nuclear para fora dos Estados Partes, privilégios e imunidades das partes, finanças em relação às respectivas obrigações das partes, responsabilidade civil por danos nucleares, responsabilidade internacional, interpretação e aplicação do acordo e solução de controvérsias, término e isenção das salvaguardas, informações sobre inventários, projetos e instalações nucleares, frequência, rigor e notificação das inspeções e designação e conduta dos inspetores.

Determinou-se que o acordo passaria a vigorar na data que a AIEA recebesse, da ABACC e dos signatários, notificação de que os requisitos para a entrada em vigor foram cumpridos, sendo previsto que o mesmo permaneceria em vigor enquanto os países fossem signatários do SCCC.

Desta forma, assinados os acordos de criação da ABACC e SCCC, juntamente com o acordo em parceria com a AIEA, Brasil e Argentina adotaram plenamente os novos princípios de segurança cooperativa e salvaguardas internacionais postulados na década de 1990, como caminho para o desenvolvimento nuclear de ambos os países.

A ABACC entrou em funcionamento em julho de 1992, sendo este ano dedicado a obtenção dos recursos humanos e materiais necessários para o início de sua operação e a aprovação da regulamentação interna.

Os primeiros passos técnicos da Agência foram a aprovação da Lista de Inspectores pela Comissão, o início das compras dos equipamentos de inspeção e a organização da rede de laboratórios analíticos. Em setembro, a Secretaria recebeu das autoridades nacionais do Brasil e da Argentina, conforme previsto nos Procedimentos Gerais do SCCC, o inventário inicial dos materiais nucleares existentes nos dois países e os Questionários Técnicos de todas as suas instalações. Em outubro, iniciou suas primeiras visitas de verificação de projeto dessas instalações, sendo que, no final deste primeiro ano de funcionamento, a Agência já estava organizada e operativa.<sup>40</sup>

Durante o ano de 1993 trabalhou-se fundamentalmente no aperfeiçoamento da organização da Secretaria e iniciou-se a aplicação de salvaguardas, visando a verificação da declaração inicial de inventário de materiais nucleares feitas pelos dois países. Estabeleceu-se uma metodologia, fixada nos Manuais de Aplicação, para a elaboração dos relatórios de contabilidade das instalações nucleares, e concluiu-se a compra dos equipamentos necessários para a realização das inspeções.

Considerando que tanto no Brasil quanto na Argentina já existiam instalações submetidas a salvaguardas da AIEA, a Secretaria da ABACC deu prioridade à atividade de verificação de projetos e do inventário inicial das instalações que, até

<sup>40</sup> Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1993 da ABACC, que se refere às atividades desenvolvidas pela Agência nos anos de 1992 e 1993.

aquele momento, não estavam sujeitas a salvaguardas. No final do segundo ano de funcionamento, todas as instalações de ambos os países estavam sob salvaguardas, seja da ABACC ou da AIEA, e o SCCC estava implantado.<sup>41</sup>

Iniciou-se também uma fase de assinatura de importantes documentos de cooperação com outras entidades. O primeiro deles foi o Acordo de Cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL), assinado no México em 28 de maio de 1993. Tendo-se em contra o fato de que o OPANAL fora criado para assegurar o cumprimento das obrigações contraídas pelos Estados Partes do Tratado de Tlatelolco, acordaram agirem em estreita cooperação sobre assuntos de interesse comum, determinando que cada vez que um dos dois organismos se dispusesse a iniciar um programa ou atividade de interesse mútuo comunicar-se-iam de maneira a harmonizar adequadamente as atividades de ambos, levando em contas suas respectivas responsabilidades internacionais. Ajustou-se que por intermédio do intercâmbio de informações, publicações e documentos a ABACC e o OPANAL poderiam solicitar um ao outro cooperação científica, técnica e de pesquisa em assuntos de interesse comum. Tal acordo foi firmado por um prazo indefinido, tendo sido a sua entrada em vigor vinculada a assinatura do Secretário da ABACC e do Secretário Geral do OPA-

NAL, estipulando-se, por fim, que a sua denúncia dar-se-ia mediante notificação dirigida à outra parte com seis meses de antecedência.<sup>42</sup>

O segundo documento, assinado no Rio de Janeiro, em 27 de outubro de 1993, foi o *Ajuste de Mútua Cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC*. No documento as partes estabeleceram o objetivo de regular a cooperação mútua visando o intercâmbio de técnicas de salvaguardas, usos de laboratórios e equipamentos e troca de serviços afins e de interesse mútuo. Previu-se a realização de uma reunião anual para a elaboração de um relatório contendo a descrição das atividades desenvolvidas em conjunto, relação de patentes das pesquisas, balancete financeiro e andamento dos trabalhos conjuntos.<sup>43</sup> O prazo de vigência do ajuste foi estabelecido em cinco anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado. Em caso de denúncia estipulou-se a comunicação expressa à outra parte com antecedência de trinta dias.

De teor e objetivo idênticos ao documento anterior, foi assinado no ano se-

<sup>41</sup> Ibid.

<sup>42</sup> *Acordo de cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL)*. Assinado entre ABACC e OPANAL em 28 de maio de 1993. Artigo 1, parágrafo 2 e artigo IV, parágrafo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

<sup>43</sup> *Ajuste de mútua cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC*. Assinado entre CNEN e ABACC em 27 de outubro de 1993. Cláusulas 1 e 3. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

guinte, em 15 de fevereiro de 1994, no Rio de Janeiro, o *Protocolo de Colaboração entre a ABACC e a Comissão Nacional de Energia Atômica (CNEA) da Argentina*, com vigência de cinco anos, prorrogado automaticamente caso nenhuma das partes manifestasse a intenção de denunciá-lo, o que deveria ser feito por nota diplomática com antecedência de trinta dias.

Foi assinado também, em 18 de abril de 1994, em San Carlos de Bariloche, o *Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais*. O documento estabelecia que a cooperação poderia incluir:

- 1.1 - Intercâmbio de informações, equipamentos, fundos ou pessoal.
- 1.2 - Intercâmbio ou empréstimo de materiais, equipamentos e componentes para avaliação e testagem.
- 1.3 - Projetos conjuntos para pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação de controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância, técnicas ou procedimentos.<sup>44</sup>

<sup>44</sup> *Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais*. Assinado entre DOE e ABACC em 18 de abril de 1994. Artigo 1. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Estabeleceu-se um Grupo de Coordenação Permanente, com dois funcionários de cada país, para servir de coordenadores e supervisores da implantação do acordo, avaliando, em encontros alternados nos Estados Unidos e no Brasil, todas as atividades cooperativas. Estatuiu-se que a aprovação e execução de qualquer atividade fossem coordenadas pelo grupo, responsável por emitir pareceres periódicos sobre o andamento da cooperação.<sup>45</sup>

Ao longo do documento detalharam de que maneira dar-se-ia o intercâmbio ou empréstimo de equipamentos, o intercâmbio de pessoal, a garantia de segredo de informações sigilosas e os deveres e direitos das Partes. A vigência do acordo foi estipulada em cinco a partir de sua assinatura, podendo o mesmo ser denunciado mediante notificação por escrito pela parte interessada com um ano de antecedência.

Ainda no ano de 1994 o Acordo Quadripartite entrou em vigor, sendo que a ABACC estabeleceu como objetivo principal a verificação de projetos e do inventário inicial das instalações que já estavam sob salvaguardas da AIEA, bem como iniciou a realização das inspeções interinas correspondentes. Elaboraram-se critérios específicos de salvaguardas para cada tipo de instalação nuclear e um programa de comparação dos laboratórios de análise do Brasil e da Argentina para verificar a qualidade dos sistemas utilizados de forma a padronizar qualita-

<sup>45</sup> *Ibid.*, artigo 02.



tivamente os trabalhos desenvolvidos em ambos os países.

Durante o ano de 1994 foram realizadas 82 inspeções em instalações nucleares do Brasil e 104 inspeções em instalações nucleares argentinas, sendo enviados à AIEA a declaração inicial de inventários dos dois países e os Questionários de Informação de Projeto.<sup>46</sup>

Em 1995 o maior esforço foi dedicado à coordenação de atividades entre a ABACC e a AIEA para avançar e aperfeiçoar a implementação do Acordo Quadripartite. Para tanto, foram feitas várias reuniões visando a interpretação de critérios de inspeções, sendo que a partir desta foi elaborado o documento Diretrizes para a Coordenação de Inspeções de Rotina e Ad-Hoc, que evitava a desnecessária duplicação de atividades por parte dos inspetores das duas agências. Neste ano foram realizadas pela ABACC 77 inspeções em instalações nucleares da Argentina e 72 inspeções no Brasil. Além disso, iniciaram-se também as inspeções por parte da AIEA, para a aplicação das salvaguardas internacionais, verificando a veracidade dos dados e relatórios enviados no ano anterior pela ABACC.<sup>47</sup>

Em 1996 destacou-se a elaboração, pela ABACC, AIEA e SCCC, do Programa para o Fortalecimento da Eficácia de seus sistemas de salvaguardas, que se

comprometia a detectar também o material e as instalações não declaradas pelos Estados. Foram realizadas pela ABACC 81 inspeções em instalações nucleares brasileiras e 79 inspeções na Argentina, sendo que a Secretaria da ABACC também participou das inspeções que a AIEA efetuou para verificar a consistência do inventário inicial.<sup>48</sup>

Em 11 de março de 1996 deu-se a assinatura, na cidade do Rio de Janeiro, do *Protocolo de Colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina*, que regulamentava a colaboração mútua a fim de promover o intercâmbio de técnicas de salvaguardas e usos de laboratórios e serviços de interesse mútuo<sup>49</sup>.

Definiram a realização de uma reunião anual entre as partes e a emissão de um relatório contendo a descrição das atividades desenvolvidas e a previsão dos trabalhos a serem realizados nos anos seguintes, baseados em informações técnicas e disponibilidade de recursos humanos e financeiros. O prazo de vigência foi estipulado em dez anos a partir da sua assinatura, renovando-se automaticamente por períodos de cinco anos, a menos que uma das Partes notificasse a outra seu interesse de denúncia com três meses antes da data de vencimento.

<sup>46</sup> Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1994 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

<sup>47</sup> Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1995 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

<sup>48</sup> Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1996 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

<sup>49</sup> *Protocolo de Colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina*. Assinado entre ABACC e ENREN em 11 de março de 1996. Artigo I. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Finalmente, em 10 de novembro de 1997, os presidentes Carlos Menem e Fernando Henrique Cardoso, assinaram, na cidade de Brasília, a *Declaração Conjunta por ocasião do 5º Aniversário da ABACC*, na qual destacaram que a cooperação entre os dois países para o desenvolvimento dos usos pacíficos da energia nuclear beneficiou-se de um processo de construção de confiança mútua intensificado a partir de 1990 e que a ABACC era um dos pilares essenciais da política de não proliferação nuclear do Brasil e da Argentina. Afirmaram que a entrada em funcionamento da Agência possibilitou a devida aplicação do Acordo Quadripartite e que todas as salvaguardas aplicadas contribuíam para confirmar junto à comunidade internacional a vocação pacífica dos programas nucleares brasileiro e argentino, adquirindo reconhecimento e respeito internacionais e sendo um exemplo para outras regiões do mundo.<sup>50</sup>

Reiteraram o compromisso de prosseguir com o desenvolvimento da energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos, sua disposição em estender os frutos da cooperação nuclear a outros países e o apoio dos dois governos à ABACC na qualidade de instituição responsável pela implantação das salvaguardas a que estavam submetidos todos os materiais nucleares nos territórios de ambos os países.

---

<sup>50</sup> *Declaração conjunta por ocasião do 5º aniversário da ABACC*. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de novembro de 1997. p. 01. Cópia fornecida pelo Ministério das Relações Exteriores – Brasil.

Finalmente, declararam:

Seu propósito de dar prosseguimento à estreita cooperação em todas as aplicações pacíficas da energia nuclear e de complementarem-se nos aspectos sobre os quais reciprocamente julgarem conveniente acordar;

Sua satisfação pelo fato de que a ABACC, nos últimos 05 (cinco) anos vem acumulando importante experiência na aplicação de salvaguardas, aperfeiçoando-se cada vez mais do ponto de vista técnico-operacional, tendo correspondido plenamente, e com competência, ao papel que lhe cabe no processo de confiança mútua entre o Brasil e a Argentina e contribuído para o regime internacional de não-proliferação nuclear.<sup>51</sup>

É importante destacar ainda que nestes cinco anos a ABACC realizou diversas ações para a capacitação de pessoal, incluindo a participação e apresentação de trabalhos nos principais simpósios, reuniões e seminários mundiais sobre salvaguardas e regimes de não proliferação nuclear.

Ao final de 1997 haviam sido realizadas 76 inspeções em instalações nucleares na Argentina e 66 no Brasil. Em todas as visitas da ABACC e da AIEA os procedimentos estabelecidos no SCCC foram devidamente observados e nunca foi detectado nenhum fato que indicasse o desvio de quantidades significativas de material nuclear para a fabricação de armas ou outros dispositivos nucleares explosivos.

---

<sup>51</sup> *Ibid.*, p. 02.

Estava ainda em fase de finalização um acordo de cooperação entre a ABACC e a AIEA e outro entre a ABACC e EURATOM, intensificando-se ainda os contatos com o Japão e a República da Coreia com a finalidade de trocar informações e desenvolver, futuramente, uma cooperação técnica mais efetiva.

Assim, ao longo deste período a ABACC passou a contar com um sistema de contabilidade de grande confiabilidade internacional, um conjunto de inspetores adequadamente qualificados, um sistema de inspeções inteiramente implantado, uma estrutura de apoio técnico consistente, baseada nos recursos humanos e laboratórios próprios e dos dois países, a qual era continuamente aperfeiçoada e, finalmente, um sistema de planejamento e avaliação eficaz das atividades nucleares do Brasil e da Argentina, o que possibilitava um bom conhecimento das instalações e do programa nuclear dos dois países.<sup>52</sup>

### **Um balanço**

Os problemas decorrentes da crise financeira, durante a década de 1990, no Brasil e Argentina, cujos meios e formas de solução dependeram das fracassadas políticas sociais desenvolvidas em ambos os países, provocaram sucessivos processos inflacionários, desvalorização das moedas, desemprego, recessão econômi-

ca, dependência de capitais externos e aumento do déficit público, restringindo as estreitas margens de manobras dos dois países no cenário global.

Neste contexto, a adesão ao projeto neoliberal foi uma alternativa seguida pelos presidentes brasileiros Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso e pelo argentino Carlos Menem, renunciando desta forma o que restava de autonomia no campo da política externa.

Por sua vez, os novos parâmetros de defesa e segurança hemisféricos, vinculados à imposição das políticas de não proliferação de armas de destruição em massa e do fomento a medidas de construção da confiança mútua (CBM - *Confidence Building Measures*), estimularam o aprofundamento das relações bilaterais firmadas entre Brasil e Argentina para além do caráter econômico, cuja expressão maior era o MERCOSUL, destacando-se então os ajustes no tocante a área nuclear, antigo ponto de discórdia e desconfianças recíprocas na balança de poder regional.

Paulatinamente, diante das alterações políticas e econômicas decorrentes do esgotamento do Estado Nacional nos dois países percebeu-se que a tradicional rivalidade e clima de desconfiança mútua não se sustentavam, abrindo caminho ao entendimento e construção do SCCC e da ABACC.

O fato é que a ABACC, estabelecida num contexto histórico peculiar, possibilitou a construção da confiança e a formação de uma aliança estratégica entre Brasil e Argentina na área nuclear. Mais

<sup>52</sup> Dados obtidos a partir da análise do Relatório Anual de 1997 da ABACC, referente às atividades desenvolvidas pela Agência no período de janeiro a dezembro deste ano.

que os resultados de seu trabalho técnico, a criação de uma agência binacional de salvaguardas, modelo único em todo o mundo, tornou-se um exemplo e referência para demais países.

As negociações para sua criação, conduzidas pelos presidentes dos dois países, constituíram-se numa demonstração clara da vontade política de dar transparência às atividades nucleares desenvolvidas, consolidando-se a renúncia à competição pela hegemonia regional num cenário em que os desafios eram comuns, evidenciando a vontade de substituir a desconfiança mútua pela coordenação estratégica, diante das novas condições políticas, econômicas e sociais nacionais e internacionais. A sua eficaz implantação e o seu sucesso na execução dos trabalhos técnicos, atestados pelo acompanhamento de suas atividades por organismo internacionais, notadamente a AIEA, demonstram que ações bilaterais, adotadas ainda que por motivos e circunstâncias singulares, podem se tornar experiências de sucesso, mesmo em áreas sensíveis, como o é a questão nuclear, ao menos assim foi no caso e no período aqui analisado.

### Referências bibliográficas

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Conflito e integração na América do Sul: Brasil, Argentina e Estados Unidos - da Tríplice Aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2000.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 45, n. 01, jun 2002.

FERREIRA, Oliveiros S. *Vida e morte do partido*. São Paulo: SENAC, 2000.

GIRBAL-BLACHA, Noemi M. (Coord). *Estado, sociedad y economia en la Argentina (1930 a 1997)*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2000.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

ROMERO, Luis Alberto. *Breve historia contemporánea de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

SILVA, Paulo Sérgio da. *Brasil e Argentina: a superação da lógica da desconfiança mútua e a construção da coordenação política e da cooperação estratégica e militar*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista/Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Franca, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações internacionais do Brasil de Vargas a Lula*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

## Fontes documentais

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Comunicado conjunto*. Assinado entre Brasil e Argentina em 06 de julho de 1990. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração sobre política nuclear comum brasileiro – argentina*. Assinada entre Brasil e Argentina em 28 de novembro de 1990. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear*. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Diretrizes básicas do SCC*. Anexo ao acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o uso exclusivamente pacífico da energia nuclear. Assinado entre Brasil e Argentina em 20 de agosto de 1991. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre a República Federativa do Brasil, a República Argentina, a Agência Brasileiro - Argentina de*

*Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) e a Agência Internacional de Energia Atômica para a Aplicação de Salvaguardas*. Assinado entre Brasil, Argentina ABACC e AIEA em 13 de dezembro de 1991. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo de cooperação entre a ABACC e o Organismo para a Proscrição das Armas Nucleares na América Latina e Caribe (OPANAL)*. Assinado entre ABACC e OPANAL em 28 de maio de 1993. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ajuste de mútua cooperação que entre si celebram a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil e a ABACC*. Assinado entre CNEN e ABACC em 27 de outubro de 1993. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE) e a ABACC concernente a pesquisa e desenvolvimento em controle de material nuclear, contabilidade, verificação e tecnologia avançada de contenção e vigilância para a aplicação de salvaguardas internacionais*. Assinado entre DOE e ABACC em 18 de abril de 1994. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Protocolo de colaboração entre a ABACC e o Ente Nacional Regulador Nuclear (ENREN) da Argentina*. Assinado entre ABACC e ENREN em 11 de março de 1996. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Declaração conjunta por ocasião do 5º aniversário da ABACC*. Assinada entre Brasil e Argentina em 10 de novembro de 1997. Cópia fornecida pela Divisão de Atos Internacionais.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTROLE E CONTABILIDADE. *Relatório Anual*. 1993.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTROLE E CONTABILIDADE. *Relatório Anual*. 1994.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTROLE E CONTABILIDADE. *Relatório Anual*. 1995.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTROLE E CONTABILIDADE. *Relatório Anual*. 1996.

AGÊNCIA BRASILEIRO-ARGENTINA DE CONTROLE E CONTABILIDADE. *Relatório Anual*. 1997.